



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**28/03/2019**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CNJ.....	1
1.2. INSTITUCIONAL.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	3
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	4
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DESEMBARGADOR.....	5
4.2. INSTITUCIONAL.....	6
4.3. PRECATÓRIOS.....	7

ESTADO  
MAIORCaso dos precatórios  
no Maranhão agora  
é de conhecimento  
do CNJ. POLÍTICA 3

## ESTADO MAIOR

### Pressão dos precatórios

O caso dos pagamentos de precatórios pelo governo Flávio Dino (PCdoB) tem ganhado dimensões maiores. Depois de denúncias e ações na Justiça estadual, a questão agora está nas mãos do corregedor do Conselho Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins. A ele foi entregue pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) um relatório sobre os precatórios.

Humberto Martins, que se encontra em São Luís para correição na Justiça estadual, garante que se debruçará sobre o caso “para que a justiça seja feita após analisar ponto a ponto do relatório”.

Este não é o primeiro documento que o corregedor do CNJ recebe sobre a falta de pagamento de precatórios.

O Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus) já havia acionado o ministro sobre o distanciamento do Tribunal de Justiça quanto ao bloqueio de verba do governo para pagamento dos precatórios. O corregedor pediu explicações ao tribunal.

O presidente da OAB/MA, Thiago Diaz, diz que a entidade busca garantir o direito dos cidadãos. “A Ordem está fazendo o esforço necessário para salvaguardar o pagamento desses precatórios. A entrega desses relatórios ao ministro Humberto Martins objetiva, exatamente, a tentativa de garantir o direito dos cidadãos envolvidos”

Talvez devido à pressão que está sendo feita é que o governador Flávio Dino está pedindo autorização aos deputados estaduais para contratar mais um empréstimo, dessa vez de mais de R\$ 600 milhões. Pela justificativa, o dinheiro será para pagamento dos precatórios.

Resta saber se o governo terá realmente todo este tempo para cumprir o que já foi definido pela Justiça.

### O caso dos precatórios no Maranhão agora é de conhecimento do Conselho Nacional de Justiça

### Descumprimento

O governador Flávio Dino parece que gosta de não cumprir decisões judiciais, como no caso dos precatórios.

O comunista chegou até a baixar decreto determinando aos membros de sua gestão para não cumprir decisões da Justiça relacionadas a vencimentos de servidores públicos.

Dino somente revogou este decreto depois que conseguiu liminar retirando a adequação salarial de 21,7% a mais de 60 mil servidores públicos.

# Desembargadores foram alvos de investigação, a pedido da SSP

Denúncia foi feita em depoimento prestado no dia 12 deste mês pelo ex-superintendente da Seic Thiago Bardal; segundo ele, o secretário Jefferson Portela pediu que magistrados fossem investigados

**THIAGO BASTOS**  
Da editoria de Política

Em depoimento no dia 12 deste mês, o ex-superintendente da Polícia Civil do Maranhão Thiago Bardal afirmou que - por orientação do secretário atual de Segurança Pública do Estado (SSP), Jefferson Portela - determinou a instauração de procedimento investigativo contra desembargadores. Segundo o delegado, seriam alvos das apurações Froz Sobrinho, Tyrone José, Antonio Guerreiro Júnior e Nelma Sarney.

Na oitava, prestada ao juiz da 2ª Vara Criminal de São Luís, José Ribamar d'Oliveira, sem citar em qual período exato, disse que, em uma conversa no gabinete do titular da SSP, foi dada a ordem. "Ele [Jefferson] me chama em seu gabinete e diz: 'Quando for secretário, vai sair desembargador algemado daqui. Tem que investigar Froz, Tyrone, Guerreiro e Nelma'. Ele me mostrou uma decisão que tinha saído e disse: 'Faça uma representação do Tyrone e encaminhe para o CNJ [Conselho Nacional de Justiça]. Eu disse que não tínhamos atribuição. Ainda

## Bardal fez revelação em depoimento à Justiça

## Desembargadores silenciaram diante das acusações

assim, o secretário insistiu e ele [Jefferson] ligou na minha frente para a assessora da então ministra Carmén Lúcia, que era então integrante do CNJ. Vamos entregar pessoalmente essa representação", afirmou.

### Denúncias

Questionado pelo magistrado, Bardal disse que as denúncias se fundamentariam no fato de que assaltantes de bancos estavam sendo liberados, mediante uso de tornozeleiras. "O fundamento seria que assaltantes de bancos estavam sendo liberados com tornozeleira e o secretário queria saber o porquê disso", afirmou Bardal.

Após um mês da instauração da primeira denúncia, de acordo com

## MAIS

### Explicações

**O Estado** entrou em contato ainda com a assessoria de comunicação do secretário de Segurança do Estado, Jefferson Portela,

solicitando manifestação a respeito do que disse o ex-titular da Seic. Até o fechamento da edição, não houve resposta.

o ex-superintendente da Polícia Civil, o secretário determinou nova apuração. "Um mês depois, ele [Jefferson] me chamou novamente. E disse para formular nova denúncia. Eu disse: 'Negativo'", afirmou o ex-gestor da polícia.

Bardal afirmou ainda que, ainda na formulação da representação, delegados (sem citar quais) que formavam na polícia o grupo de combate organizado deveriam assinar o documento. Segundo o ex-gestor, pelo fato dos delegados estarem em "estágio probatório", ou seja, sem estabilidade nos cargos, o próprio Bardal assinou a representação.

Dentre os magistrados, Tyrone Silva e Froz Sobrinho se manifes-

taram. A **O Estado**, Tyrone declarou que, "por ainda não estar a par dos fatos", não iria se pronunciar de forma oficial, o que deverá ocorrer hoje.

Já Froz Sobrinho, por meio da assessoria, disse que não se manifesta em inquéritos ou processos dos quais Thiago Bardal faz parte. O motivo é que Sobrinho, que faz parte da mesma Câmara Criminal que o desembargador Tyrone, se declarou suspeito de atuar no caso do delegado desde que Bardal denunciou o Tyrone Silva ao CNJ.

Procurada, a desembargadora Nelma Sarney disse que não vai se pronunciar. O desembargador Antônio Guerreiro Júnior não foi localizado. ●



Na foto com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, o jornalista Edwin Jinkings, diretor de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado que está recebendo muitos cumprimentos pela campanha de alerta sobre as diversas formas de violência contra a mulher, incentivando a denúncia contra os agressores. A campanha está no ar com um vídeo e spot de 60 segundos, que estão sendo veiculados em emissoras de televisão e de rádio em todo o Estado. O projeto conta com o apoio do Grupo de Esposas de Deputados (Gedema) e da Procuradoria da Mulher. Sucesso.



## Presidente do TJMA recebe ministro Humberto Martins



Ribamar Pinheiro

### Ministro conversou com os desembargadores no Gabinete da Presidência

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu, na manhã desta quarta-feira (27), o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins. Ele foi recepcionado no Gabinete da Presidência, onde conversou com desembargadores da Corte.

O ministro Humberto Martins coordena a equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que realiza até esta sexta-feira (29) inspeção ordinária de verificação do funcionamento dos setores administrativos e judiciais do TJMA e das serventias extrajudiciais do Estado, conforme a Portaria nº 06, de 14 de fevereiro de 2019.

Para o corregedor nacional de Justiça, a inspeção faz parte da fiscalização permanente do próprio Tribunal e visa contribuir para uma melhor qualidade dos serviços jurisdicionais. "A correição é um procedimento de rotina e, além

de buscar informações sobre o funcionamento dos serviços da Justiça, compartilha as boas práticas com os tribunais. É uma troca de experiências", disse o ministro Humberto Martins.

Durante a reunião, o ministro Humberto Martins enfatizou a importância de um Poder Judiciário em equilíbrio com os outros Poderes da República. "Estamos aqui para discutirmos melhores caminhos para uma Justiça viável, de qualidade, que tenha o respeito da sociedade. Não existe cidadania, nem Estado de Direito pleno, sem um Judiciário comprometido e atuante. Poder Judiciário forte significa cidadania respeitada", frisou.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão disse que os desembargadores da Corte ficam extremamente honrados com a presença do ministro e colocou o TJMA à disposição da equipe do CNJ, para todo e qualquer esclarecimento. "Procuraremos absorver o melhor dessa inspeção para aperfeiçoar nosso tribunal e construirmos um Judiciário cada vez mais forte e atuante, contribuindo para o fortalecimento da cidadania", assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Estavam presentes na visita do ministro Humberto Martins, os desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente do TJMA), Marcelo Carvalho (Corregedor Geral de Justiça), Paulo Velten, Jamil Gedeon, Cleones Carvalho, Graças Duarte, Anildes Cruz, Nelma Sarney, Marcelino Everton, Luiz Gonzaga Almeida, Froz Sobrinho, Jaime Ferreira, José Bernardo Rodrigues, João Santana, Kleber Carvalho, Ângela Salazar,

Tyrone Silva, José Luiz Almeida, Raimundo Melo e Jaime Araújo.

**ATENDIMENTO AO PÚBLICO** - Nesta quarta-feira (27), o ministro Humberto Martins recebeu a sociedade em audiência previamente agendada, no Pleninho da Corte, no 2º andar do edifício-sede do TJMA, localizado na Praça Pedro II, Centro Histórico de São Luís.

Além do ministro Humberto Martins, a equipe do CNJ é composta pela desembargadora federal e conselheira do CNJ, Daldice de Almeida, pelo juiz federal Miguel Ângelo Alvarenga Lopes (Tribunal Regional Federal da 1ª Região); pelos juizes de Direito Jorzenildo Dourado do Nascimento (Tribunal de Justiça do Amazonas); Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres (Tribunal de Justiça de Rondônia); Sérgio Ricardo de Souza (Tribunal de Justiça do Espírito Santo); e seis servidores. *(Danielle Limeira- TJMA)*

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



# CONTEXTO

---

## Ouvidoria

O juiz Júlio Praseres e o jurista Gustavo Vilas Boas tomaram posse na tarde de terça, 26 de março, como ouvidores titular e substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, respectivamente, em sessão solene presidida pelo desembargador Cleones Cunha. Ambos foram eleitos por aclamação na sessão administrativa do dia 19 de março, após indicação feita pelo jurista Eduardo José Leal Moreira, cujo biênio como membro efetivo da Corte Eleitoral encerra no dia 27.

---

## Em palestra, Ney Bello destaca importância do STF para a normalidade democrática do país

O desembargador federal Ney Bello proferiu, nessa quarta-feira (27), no Auditório Neiva Moreira do Complexo de Comunicação, palestra sobre o tema “O STF e a Democracia”. Durante sua fala, o magistrado fez uma enfática defesa da importância do Poder Judiciário e, especialmente, do Supremo Tribunal Federal para a normalidade democrática do país. Além de desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Ney Bello também é professor da Universidade de Brasília (UnB), pós-doutor em Direito e membro da Academia Maranhense de Letras. O presidente da Assembleia,

deputado Othelino Neto (PCdoB), fez a abertura do evento destacando a importância da reflexão sobre o tema. “É fundamental compreender que as instituições precisam dialogar e, especificamente, no caso do Supremo, todos não precisam concordar, podem e devem divergir, mas nunca se deve combater a importância e a legitimidade do Supremo Tribunal Federal. O debate é um tema da maior importância, porque fragilizar nossas instituições não contribui para a democracia em nosso País”, declarou Othelino. Ney Bello agradeceu o convite que lhe fora feito pela Assembleia,

para proferir a palestra, e citou a ocorrência de sucessivas agressões e ataques ao STF, especialmente por meio das redes sociais. “A demonização do STF chegou a um ponto de haver até mesmo, em alguns setores, a ideia de extinção do Supremo, quando se sabe que a ausência dele é mais dolorosa do que sua presença. Não construímos um país melhor acabando com as nossas próprias instituições. Não há como negar a importância do Poder Judiciário como ponto de equilíbrio para a nossa sociedade como um todo”, salientou Ney Bello, ao enfatizar a importância da consolidação do regime democrático no Brasil.

### EQUILÍBRIO

Durante a palestra, ao destacar o papel do STF na sociedade, o desembargador frisou “a necessidade de tolerância e de compreensão do Judiciário como um ponto de equilíbrio nas forças políticas e a necessidade de respeitar as decisões judiciais e de caminhar para a estabilização do país. É importante compreender que o STF não legisla, não cria normas. O Supremo apenas arbitra conflitos. Criticar as instituições é natural e é bom que aconteça, a vigilância se faz necessária, agora, o que não é bom é pensar que a sociedade seria melhor do que sem o Poder Judiciário”, ressaltou.

# OAB/MA apresenta relatório de precatórios ao presidente do CNJ

A seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) apresentou ao corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, na manhã dessa quarta-feira (27), um relatório da situação dos precatórios e da Audiência Pública realizada na última terça (26) realizada na sede da Ordem, que contou com a participação de várias autoridades, representantes de sindicato e associações, reivindicando do pagamento esperado há anos.

O titular da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) se comprometeu com a Ordem maranhense em dar um retorno à demanda apresentada até a próxima semana. “Lutaremos para que a justiça seja feita em relação aos precatórios. Todos os relatórios e pedidos apresentados serão analisados ponto a ponto”, pontuou Martins. O presidente da OAB/MA, Thiago Díaz, disse que esse é um avanço na solução desse caso que tem causado grande desconforto aos que aguardam o recebimento desses valores. “A Ordem está fazendo o esforço necessário para salvaguardar o pagamento desses precatórios. A entrega desses relatórios ao ministro Humberto Martins objetiva, exatamente, a



Representantes da OAB/MA apresentam relatório dos precatórios ao corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins

tentativa de garantir o direito dos cidadãos envolvidos”, declarou. Além dessa entrega, a OAB/MA protocolou no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) um pedido de sequestro dos precatórios que estão atrasados, já que é de responsabilidade da Corte a arrecadação de dinheiro para realizar esses pagamentos. Caso o governo do Estado não faça o pagamento da dívida em até 30 dias, a OAB/MA disse que vai entrar com uma ação de improbidade administrador contra o governador Flávio Dino.

## **AÇÃO DO GOVERNO**

Na última terça-feira (26), mesmo dia em que seria realizada

a audiência pública na OAB/MA e após varias medidas da Ordem, o governador Flávio Dino encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei solicitando empréstimo de mais de R\$ 620 milhões, colocando como justificativa exatamente o pagamento de precatórios.

## **DOS PRECATÓRIOS**

O precatório é a forma de pagamento dos créditos decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, conforme preceitua o artigo 100 da Constituição Federal, que ultrapassem o limite de 20 (vinte) salários mínimos, no caso do Maranhão. Em outras palavras, é

o procedimento de pagamento. Quando o processo judicial se encerra, são homologados os valores devidos ao credor. Se o crédito ultrapassar o limite de 20 (vinte) salários mínimos, no caso do Maranhão, o credor entra na fila de precatórios para aguardar o seu pagamento.

## **EMENDA CONSTITUCIONAL 94/2016**

Estabeleceu-se um novo sistema de pagamento de precatórios. De acordo com a norma constitucional vigente, poderão ser pagos até 2020, por um regime especial, os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles que vencerão até 31 de dezembro de 2020.

A nova norma ajusta o regime de pagamentos à decisão de 2013 do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62, de 2009. Essa emenda previa prazo de 15 anos para os pagamentos. Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento.